

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Gazeta de Alagoas

Class.: 1214

Data: 13/02/90

Pg.: _____

Tuma não quer a Funai sob tutela da Polícia Federal

BRASÍLIA - O futuro ministro da Justiça, Bernardo Cabral, antes de decidir passar a Funai do Ministério do Interior para o seu Ministério, fez uma consulta ao diretor-geral da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, que vai permanecer no cargo no futuro governo. Romeu Tuma disse ao futuro ministro que não concordava com a idéia da incorporação do órgão porque considerava que a questão indígena não é caso de polícia.

"Quanto mais longe a Funai ficar da Polícia melhor para o índio", disse Tuma a Bernardo Cabral. Ele prometeu ao futuro ministro, no entanto, apresentar sugestões sobre como a Polícia Federal poderá atuar para proteger os interesses e as terras dos índios durante todo o governo Collor. Segundo informou um assessor de Romeu Tuma, Bernardo Cabral resolveu incorporar a Funai ao seu Ministério devido às repercussões desfavoráveis que teve no exterior o tipo de tratamento que o atual governo vinha dispensando no caso dos índios lanomamis, em Roraima, que tiveram suas terras invadidas nos últimos anos por mais de 40 mil garimpeiros. De acordo com o futuro ministro, a questão indígena está a merecer do governo uma atenção muito grande na proteção de suas terras, evitando que elas sejam invadidas e os índios penalizados por estas invasões.

A idéia de Bernardo Cabral foi muito bem recebida pelo Ministério Público Federal. O subprocurador-geral da República, Carlos Vitor Muzzi, que chefiava a Coordenação de Defesa dos Interesses da População Indígena da Procuradoria-Geral da República, acha que o futuro ministro da Justiça tem razão ao considerar que cabe à sua área proteger e defender os interesses dos índios. "A Constituição assegurou ao índio a integridade de sua cultura e estabeleceu que cabe à União dar esta proteção", disse Muzzi. Segundo ele, a Funai deve se transformar num órgão capaz de dar segu-

rança aos índios, devendo mesmo ter em seus quadros agentes de segurança que interfiram imediatamente nas áreas indígenas todas as vezes que elas sejam invadidas. O subprocurador-geral defende também que a Funai deve reduzir o número de funcionários que mantém em Brasília e nas capitais dos Estados e aumentar o quadro de servidores que trabalham nas áreas indígenas.

O ministro da Justiça, Saulo Ramos, acha desnecessário, no entanto, a passagem da Funai do Ministério do Interior para a área da Justiça. Ele considera que o Ministério da Justiça deve se preocupar basicamente com a feitura de leis, deixando a questão indígena para ser resolvida por outros setores do governo. "Índio não é uma questão de polícia e a Justiça deve se preocupar em fazer as leis que o Brasil está precisando", disse Saulo Ramos.

O secretário-executivo do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Ministério da Justiça, Ovídio Martins de Araújo, considera também que a polícia "não tem nada a ver com índios". Como ex-procurador jurídico da Funai, Ovídio Araújo defende que o governo deve se preocupar em dar assistência de saúde, escolas e condições para que os índios possam se desenvolver economicamente. "Para isso, seria importante que vários órgãos do governo se integrassem e criassem programas especiais de atendimento às populações indígenas", completou Ovídio de Araújo.

Com 4 mil e 500 funcionários espalhados por todas as unidades da Federação, a Funai tem sob a responsabilidade a tutela de 250 mil índios, que habitam numa área de quase um milhão de quilômetros quadrados, o que representa mais de 10% do Território Nacional. Como fundação, a Funai recebe verbas do Ministério do Interior, com patrimônio próprio e personalidade jurídica de direito privado.